

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO



2016

PLANO DE ATIVIDADES 2016

INTRODUÇÃO.....	5
ESTRATÉGIA DE AÇÃO.....	6
FORMAÇÃO.....	6
APOIO TÉCNICO.....	8
COMUNICAÇÃO.....	10
APOIO SOCIAL AOS MEMBROS.....	12
COMISSÕES PERMANENTES E EVENTUAIS.....	13
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	13
OUTRAS INICIATIVAS.....	14
CONCLUSÕES.....	15

ORÇAMENTO 2016

INTRODUÇÃO.....	17
CONTEXTO ATUAL.....	17
RENDIMENTOS.....	17
GASTOS.....	18
INVESTIMENTOS.....	20
CONCLUSÃO.....	21

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR..... 22

Plano de Atividades e Orçamento

2016

ATIVIDADES



LISTAS CERTIFICADOS

MDCV

PLANO DE ATIVIDADES

INTRODUÇÃO

O plano de atividades, documento onde vertemos o pensamento e estratégia do que será a nossa ação, revela-se, para nós, como um compromisso com os profissionais e todos os interessados na nossa profissão de forma a que, não descurando a contingência deste tipo de documentos, nos possamos congregiar num objetivo comum.

Evidentemente que o futuro a Deus pertence e, sendo nós pessoas, por isso, sujeitos à contingência de errar, deixamos aqui, como sempre o temos feito, o nosso compromisso de que estaremos atentos a eventuais mudanças, no sentido de adequar o que hoje prometemos às circunstâncias que nos possam surgir. Uma coisa podemos garantir: estamos de boa-fé no nosso trabalho e, mesmo sabendo que o futuro não se pode adivinhar, com base nos factos do presente e alicerçados no conhecimento do passado, procuramos estruturar o futuro. Tudo indicia que o ano de 2016 ficará marcado na história da nossa profissão.

Alterado o nome da profissão, dando-lhe maior coerência e adequação à concreta responsabilidade e exigência que se coloca ao seu exercício, banindo-se da sua designação expressões inadequadas

à sua prática efetiva, como era o caso do termo «técnico», temos que começar a construir as condições objetivas que conduzam a profissão a patamares mais elevados e para os quais tem condições de ocupar. Para isso, teremos de nos alicerçar no saber de experiência feito, não descurando o estudo e a investigação, estando assim à altura de responder positivamente aos novos desafios que se nos colocam.

Desde logo, as novas funções que os contabilistas certificados passarão a desempenhar nos Tribunais, abrindo-se uma nova janela de oportunidade que temos o dever de saber aproveitar.

Por outro lado, as previsíveis inaugurações dos centros de formação em Lisboa e no Porto, pela diminuição de gastos que representa, deverão aportar à Ordem maior capacidade financeira, fazendo reverter esse facto num melhor e mais dimensionado apoio que pode e deve ser prestado aos membros. Esse apoio pode, e deve ter, diversas facetas. Cito, a título de exemplo, o estudo e desenvolvimento de melhores ferramentas para o desempenho da profissão, um caminho que já temos vindo a percorrer em algumas áreas, numa busca permanente para resolver os diversos problemas com que somos confrontados.

A vontade é grande e o espírito criador tem sido nosso amigo. Porque pensamos que, desta forma, temos vindo a interpretar os verdadeiros problemas da profissão, uma vez que os sentimos e vivemos como todos os contabilistas certificados, esperamos, no decurso do próximo ano, concretizar sonhos e expectativas desde há muito alimentados.

Exemplo disso é o desenvolvimento de ferramentas informáticas melhor adaptadas à profissão e adequadas ao enorme caudal de informação que hoje circula na sociedade.

Outro exemplo será a concretização de um sonho desde há muito acalentado pelos profissionais: a existência de um espaço onde se encontrem, convivam e se sintam úteis na companhia de colegas de profissão e, ao mesmo tempo, com especial relevo para aqueles a quem a sorte não ajudou, consigamos concretizar o espírito de solidariedade, tão acalentado entre os contabilistas certificados.

Sonhar é o princípio da vida. Quando perdemos essa capacidade, as nossas limitações ficam mais evidentes. Queremos continuar a sonhar, continuar a criar e a ser úteis aos contabilistas certificados. Contudo, como é natural, temos que saber o que queremos e o que podemos

querer, temos que saber onde vamos e como vamos, ou seja, o que fazemos tem que ter um rumo, uma orientação, no fundo, uma estratégia de ação.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Dizia Séneca, célebre escritor e pensador romano, que «nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir.» Por isso, uma das questões fundamentais em toda a nossa ação é saber o que queremos e como queremos, isto é, traçar um rumo, uma meta para onde orientamos o nosso trabalho. Sabendo que a estratégia tem como orientação única o bem-estar dos membros e a consolidação da profissão, ela tem factos e ações concretas que materializam esse desejo.

Por isso, em 2016, as metas a atingir são fundamentalmente duas:

- Apoiar os profissionais com ferramentas informáticas adequadas à sua função, à evolução tecnológica que o mundo vem experimentando;

- Apostar numa maior consolidação financeira da instituição, de forma a que possa cumprir a sua missão sem que, para tanto, tenha que solicitar um maior esforço financeiro aos membros através do aumento das quotas.

Não obstante a OCC ser a instituição que maior retorno devolve aos seus membros, quando comparada com outras Ordens, e praticar uma das mais baixas quotas das profissões regulamentadas, sabemos por experiência própria que no domínio financeiro os profissionais enfrentam problemas muito sensíveis. É, por isso, nossa intenção conduzir a nossa atividade de forma a ajudá-los e não a criar-lhes

maiores problemas do que aqueles que já têm.

Uma das questões que mais nos tem sensibilizado é o facto de os membros com idade superior a 75 anos não poderem beneficiar do seguro de saúde da Ordem e, quando pedimos um orçamento à companhia de seguros, constatamos não ter condições para o materializar. Essa será, logo que as condições financeiras melhorem, um desafio que colocamos a nós mesmos.

Por outro lado, sabemos que as ferramentas informáticas são imprescindíveis para o exercício da nossa profissão, sendo uma das áreas sensíveis, não só pela necessidade de adaptação daqueles instrumentos aos problemas concretos que vivemos, mas também pela necessidade da sua permanente adaptação, não apenas às exigências de índole legal, mas também no aproveitamento tecnológico que hoje se pode retirar da circulação da informação.

Estamos atentos a estas realidades e pensamos que, em 2016, iniciaremos uma verdadeira revolução no domínio da disponibilização destas ferramentas aos profissionais. É uma forma de os apoiarmos no exercício da sua missão, libertando-lhe tempo para outras funções. Nada existe porque apenas o pensamos ou desejamos. É preciso terem expressão material e, para isso, tem que haver quem entenda o nosso pensamento e o ponha em prática, ou seja, a estratégia sem factos é conversa fiada, a execução sem uma estratégia enquadadora é uma aventura de fim imprevisível.

Por isso, materializaremos a nossa estratégia através das ações que a seguir enunciamos:

FORMAÇÃO

A formação sempre foi, é, e será, a nossa maior preocupação, não com o sentido de a tornar obrigatória, não com o sentido económico que ela envolve para muitas entidades, mas sim porque é, em nosso entender, o único caminho que garante estarmos à altura de responder às exigências de uma profissão cada vez mais complexa e que carece de muita segurança na ação a desenvolver para responder aos inúmeros e complexos problemas que se colocam.

Na verdade, a evolução tanto tecnológica como conceptual que se coloca à nossa profissão exige-nos um acompanhamento permanente, até porque só através dela será possível encontrar respostas para os nossos problemas.

A sua obrigatoriedade não é um capricho da entidade reguladora, mas sim um meio para todos os profissionais interiorizarem essa necessidade.

A Ordem não pode deixar de preocupar-se, neste e noutros domínios, com as necessidades dos profissionais, nem tão pouco deixar que estranhos definam o que é fundamental para a profissão. Há uma única entidade reguladora a quem foi conferida a responsabilidade e a legitimidade de gerir, definir e orientar a profissão. Porque de forma democrática, no seu funcionamento através do voto, são os seus membros que definem com clareza e sem tibiezas que pessoas, ideias, métodos e processos querem ter na orientação da profissão e não quem, pelo semear da confusão, pretende ganhar na secretaria o que perdeu nas urnas de voto.

É com este nível de preocupação, e consciente da realidade concreta da nossa profissão, que vos apresen-

tamos o plano anual de formação para 2016 que, pela sua dimensão e número de ações previstas – não acolhemos aqui as conferências e outros eventos que possam vir a ocorrer – abrange praticamente a totalidade das áreas de intervenção dos profissionais. Em substância, assenta no seguinte:

Formação eventual: A formação eventual, como desde há muito a temos definido, tem como objetivo consciencializar os contabilistas certificados para assuntos de grande interesse que, pela sua necessidade ou novidade, exigem maior compreensão e consolidação do conhecimento. É uma formação para grandes auditórios, uma vez que o número de participantes dificulta o diálogo entre o formador e os formandos. No ano de 2016, a exemplo de outros anos, iremos realizar em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira três ações de formação, nos meses de janeiro/fevereiro, junho/julho e outubro/novembro, de forma a fazer chegar a todos as alterações ou novidades do sistema fiscal e da contabilidade.

Formação segmentada: A formação segmentada visa uma matéria específica e possibilita a interação entre o formador e o formando. Realiza-se em qualquer parte do país onde se consiga reunir, no mínimo, 30 interessados. Os temas a debater são as constantes do plano de formação anual da Ordem dos Contabilistas Certificados, disponível em www.occ.pt

Formação recorrente: Este tipo de formação tem as mesmas características da formação segmen-

tada, mas possibilita a sua realização fora do calendário do plano anual de formação da Ordem, mas nunca antes da sua realização pela entidade reguladora. Pode ocorrer em qualquer parte do país onde se consigam reunir, pelo menos, 30 interessados.

Formação à distância: Tendo em consideração alguns elementos inerentes da nossa profissão, como a dispersão geográfica dos membros e a distância entre as sedes de distrito e outras localidades é, eventualmente, o tipo de formação que mais se adequa à nossa realidade profissional. Claro que é um tipo de formação mais frio e cansativo, pois contrapõe o diálogo humano do formador e dos colegas a uma máquina insensível e distante que nos faz, por vezes, diminuir o interesse e o envolvimento neste tipo de formação. Se isto é verdade, também não deixa de ser verdadeiro que estamos diante de um sistema permanentemente disponível, sem a rigidez dos horários, nem as dificuldades da deslocação. No silêncio do nosso quarto, sala ou escritório, uma ou duas horas por dia podem propiciar-nos o conhecimento de realidades que, de outra forma, nos seria muito difícil aceder. Tem sido um dos modelos de formação mais usados pelos profissionais, logo a seguir à formação eventual, o que não deixa de ser elucidativo quanto ao seu interesse.

Conferências e congressos: A exemplo de anos anteriores, a Ordem tem sido um parceiro privilegiado de muitas instituições, nomeadamente do ensino superior, com vista a realizar conferências e eventos que abordam temas ou temáticas relacionadas

com a profissão. É difícil, neste momento, prever a quantidade de iniciativas a realizar, pelo que esses eventos serão objeto de comunicação específica. Não obstante, temos já agendado para abril a realização de uma conferência internacional no Porto, em parceria com a *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM) em parceria com o Comité para a Integração Latina Europa América (CILEA) e o 1.º Congresso Internacional de Contabilidade Pública, com a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal. Realizaremos ainda duas conferências, em Coimbra e no Porto, sobre educação fiscal e cidadania, no sentido de criar na sociedade uma maior consciência sobre os impostos e o sistema fiscal português, procurando simultaneamente lançar as raízes sobre a necessidade de cumprimento das obrigações fiscais.

Formação para contabilista público: Com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), conjugado com a alteração ao Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, a exigência de um profissional assumir a responsabilidade pela contabilidade nos diversos organismos da administração pública, central ou local, será a breve trecho uma realidade. Todos sabemos que o exercício da função pública tem regras próprias que constituem não só doutrina e tradição na administração pública, mas também garantia de transparência para o desempenho de funções do funcionalismo público. Essa diferenciação tem também que se verificar no con-

tabilista público que terá que ser dirigente intermédio, o que, de imediato, coloca uma questão: o contabilista público tem que ser um funcionário público e, consequentemente, sujeito à regras de seleção e admissão na carreira pública, o que afasta, desde logo, a possibilidade de prestação de serviços em regime de *outsourcing* e o seu exercício em regime liberal. Em nosso entender, estamos às portas de uma verdadeira revolução no sistema organizacional do Estado, com manifestas mais-valias para a sociedade e para os cidadãos. Perante esta revolução, e porque é de inestimável interesse para a profissão a obrigação dos contabilistas públicos estarem inscritos na Ordem, é nosso entendimento que devemos participar ativamente com o Governo na preparação dos futuros contabilistas públicos. A Ordem está, por isso, disposta a assinar protocolos com o Ministério das Finanças para ministrar formação inicial aos futuros contabilistas públicos.

Este é o quadro que nós antevemos para a gestão do processo da formação na Ordem, salvaguardando, desde já, que os preços a praticar serão exatamente os mesmos de 2015.

APOIO TÉCNICO

As dificuldades que têm aportado à profissão, não tanto técnicas mas mais burocráticas, embora tenham consolidado o vínculo entre os profissionais e os seus clientes, têm exigido dos contabilistas certificados um desmedido esforço para responder em qualidade e eficiência às grandes questões que se têm vindo a colocar à profissão. Sabemos, e nenhum profissional

consciente da sua missão terá dúvidas sobre isso, que o contabilista não é um mero preenchedor de papéis e impressos necessários para o cumprimento das obrigações fiscais. A sua missão vai muito além dessa formalidade, colocando-o no centro de um conjunto de questões aos quais tem que dar resposta. Não raras vezes, atento o quadro jurídico do exercício da atividade empresarial, dele depende a sustentabilidade das empresas como unidades económicas em continuidade ou a sua morte precoce, com todas as nefastas consequências daí advenientes.

Quem conhece a profissão sabe que as formalidades exigidas aos empresários, com especial relevo para os de pequena dimensão, são complexas e de difícil execução.

É exatamente neste domínio que pensamos fazer sentido encontrar respostas urgentes para os problemas dos profissionais, ou seja, a conceção de ferramentas informáticas que facilitem o cumprimento das obrigações das empresas e a sua perceção intuitiva que possibilite o uso pelos colaboradores dos empresários e a estes um meio de comunicação que lhes permita acompanhar a evolução da sua empresa.

Esse grande desafio, a avaliar pelas críticas que nos chegam de diversas proveniências, pensamos tê-lo resolvido com sucesso através do programa de faturação TOConline, colocando os empresários a cumprir, sempre sob a superintendência do contabilista certificado, as obrigações emergentes do E-fatura, libertando os profissionais de uma obrigação que, caso não tivéssemos encontrado a ferramenta adequada, teria que ser por eles cumprida. Mas há no domínio da informática e da comunicação realidades

novas que o E-fatura veio criar na empresa e que devem ser aproveitadas para apoiar os contabilistas certificados.

Com o devido respeito por outras interpretações que sabemos existir, é uma missão genuína da Ordem a preocupação na conceção de ferramentas que suavizem o exercício da nossa atividade nas diversas dimensões em que ela interage.

É no conhecimento destas realidades e com uma enorme vontade de encontrar a melhor solução para as resolver que, no exercício de 2016 nos propomos, neste domínio, realizar ou manter o seguinte:

Revista Contabilista: A revista «Contabilista» (anterior «TOC») tem desempenhado uma missão importante na missão de informar e formar os profissionais, levando até eles um misto de tecnicidade, atualidade e estratégia para o desenvolvimento da profissão. É uma revista de publicação mensal e que, desde o ano 2000, vem sendo publicada sem qualquer interrupção, constituindo-se já como um referencial entre os profissionais. Continuaremos a publicar mensalmente esta revista e a oferecê-la gratuitamente a todos os membros da Ordem e às instituições do ensino superior;

Revista científica «Contabilidade e Gestão»: A revista científica «Contabilidade e Gestão» pretende, e pretende, ser um referencial académico da Contabilidade e um palco para publicação de temas, ensaios e estudos relacionados com a Contabilidade. Tem tido uma periodicidade semestral e tem-se constituído como um espaço onde profissionais e académicos divulgam o produto do seu traba-

lho de investigação nesta área. No decurso de 2016, continuaremos a publicar dois números desta revista, fazendo um apelo à produção de matérias, artigos e opiniões que constituam um fator de desenvolvimento da Contabilidade. Esta revista, que se iniciou em suporte de papel, é agora publicada em suporte informático, podendo ser consultada em www.occ.pt.

Consultoria: O departamento de consultoria da Ordem, também denominado por departamento técnico, é hoje um espaço onde os profissionais, pelas formas e nas condições previstas nos correspondentes regulamentos, obtêm respostas técnicas que a profissão lhes vai colocando. As questões devem ser preferencialmente colocadas por escrito, podendo, caso não sejam de grande complexidade, também ser apresentadas verbalmente. Cada membro tem direito a cinco questões anuais, por escrito ou pelo telefone, sendo pagas as que ultrapassarem aquele limite.

Base de dados: A base de dados da Ordem, sem pretender ser pretensioso, pelas críticas que sobre ela nos têm chegado, é hoje a mais importante ferramenta de apoio aos membros. A sua conceção está estruturada para criar uma ideia una e integrada das matérias a consultar, possibilitando aos membros uma consulta à legislação atualizada todos os dias. Como é sabido, a Ordem oferece gratuitamente esta base de dados a todos os membros que têm as suas quotas em dia, com a consciência plena que ela é uma ferramenta imprescindível a todos os profissionais. Em 2016 continuaremos a oferecer esta tão importante ferra-

menta a todos os profissionais que tenham a sua inscrição em vigor e a situação financeira regular para com a Ordem, ou seja, que não tenham as quotas atrasadas por um período superior a 90 dias. Esta ferramenta tem sido enriquecida com elementos fiscais dos países de língua portuguesa, encontrando-se atualizada a base de dados do sistema fiscal moçambicano. Estamos a desenvolver esforços no sentido de, no curto prazo, implementar a base de dados do sistema fiscal de Angola, propiciando aos profissionais o conhecimento de outras realidades fiscais de países que têm a nossa cultura na base das suas sociedades.

Reuniões livres: As reuniões livres, manifestação inequívoca do interesse dos órgãos sociais na resolução dos problemas técnicos dos membros, é uma iniciativa sem paralelo nas restantes profissões reconhecidas de interesse público. Na verdade, não obstante muitas das instituições reguladoras existentes há muito mais tempo que a OCC, nenhuma delas tem uma estrutura a funcionar que possibilite aos seus membros, *in loco*, esclarecer eventuais dúvidas com que se deparam no exercício da sua profissão. A Ordem foi pioneira nesta manifestação de interesse e apoio aos seus membros. As novas realidades profissionais, nomeadamente a emergente da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), vai exigir uma reestruturação do modo de funcionamento daquelas reuniões no sentido de, para além da contabilidade empresarial e o sistema fiscal, passar a integrar também um novo capítulo sobre administração

pública, atendendo às novas funções a desempenhar pelos novos membros da Ordem, denominados de contabilistas públicos.

Ferramentas informáticas: A conceção de ferramentas que suavizem o esforço dos profissionais no exercício da atividade constitui uma das funções primordiais da entidade reguladora, ela que conhece as reais dificuldades do exercício dos seus membros e melhor que ninguém compreende a realidade concreta. É, pois, sua responsabilidade, de entre outras, procurar encontrar soluções informáticas que respondam com eficiência e atualidade aos problemas da profissão. Entendemos, por outro lado, que a solução desses problemas não passa por uma visão parcial da realidade, mas antes por uma visão integrada e global, pelo que urge encontrar soluções abrangentes. A orientação estratégica tem duas vertentes fundamentais:

- Aproveitamento da evolução tecnológica introduzida na profissão no cumprimento das obrigações fiscais;
- Transferência de competências, sempre que possível, para os sujeitos passivos no que se relaciona com o cumprimento do dever informativo com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). É dentro destes parâmetros, e com a preocupação qualitativa dos serviços prestados pelos contabilistas certificados, que estamos a desenvolver um conjunto de ferramentas interligadas entre si, com o objetivo de apoiar os profissionais. Assim, concebemos este projeto sob uma orientação exclusiva dos contabilistas certificados, embora, em alguns casos, possam ser manuseados pelos sujeitos passivos, mas sempre sob a orientação e direção

exclusiva dos contabilistas certificados. De qualquer forma, porque dirigida aos profissionais, esta ferramenta informática é exclusivamente concedida a licença do seu uso aos membros da Ordem, por isso Contabilistas Certificados que, sob a sua orientação, podem autorizar o seu manuseamento pelos seus clientes.

Para além da sua missão de ferramenta informática, as mesmas são concebidas com a faculdade de serem consultadas, mas não alteradas, pelos sujeitos passivos, o que lhes propiciará um contacto direto com a informação da sua contabilidade.

Esta ferramenta é composta por dois grandes grupos: a faturação, mais orientada para poder ser utilizada pelos sujeitos passivos sob a orientação dos contabilistas certificados e outro grupo que conterà as restantes ferramentas normalmente usadas pelos profissionais, ou seja: gestão de salários, contabilidade, gestão de ativos, gestão de *stocks*, compras e gestão de tesouraria.

Todas as ferramentas, no caso de exigível, serão certificadas pelas entidades competentes, sendo atualizadas nos termos da lei, sem que daí possa resultar qualquer acréscimo para os profissionais. O preço deste conjunto de ferramentas, ou seja, todas aquelas que consideramos fundamentais para o exercício da profissão, serão agrupadas num pacote, a par de outras que eventualmente se venham a desenvolver, sendo o valor mensal da sua utilização de 15 euros, o que corresponderá a sensivelmente cinco euros por mês nos programas de contabilidade, salários e gestão de ativos, ficando os restantes a custo zero. O pro-

grama de faturação manter-se-á no valor de cinco euros mensais, conforme já vem sendo praticado. O programa de contabilidade estará, segundo informações, pronto a ser testado pelos contabilistas certificados a partir de 15 de dezembro e o programa de gestão de ativos a partir de abril de 2016.

Temos vindo a desenvolver esta ferramenta há já algum tempo e pensamos que estão reunidas as condições para a disponibilizar aos colegas que as pretendam utilizar. Ou seja, o que oferecemos é uma ferramenta informática atualizada no sentido de aproveitar os benefícios da evolução tecnológica, nomeadamente o E-fatura, possibilitando aos profissionais, por 180 euros por ano, ter ao seu dispor, as ferramentas informáticas para exercer a profissão. Se acrescentarmos a faturação, teremos um custo anual pelo uso de todos os programas informáticos por 240 euros por ano. Pensamos estar perante uma verdadeira revolução que colocamos ao dispor dos profissionais.

COMUNICAÇÃO

A comunicação entre a Ordem e os seus membros é um dos fatores mais relevantes para a vivência e dinâmica da instituição, pois compreende um elemento biunívoco, facilitando o diálogo e a compreensão da realidade da entidade reguladora.

A Ordem, atenta a sua dinâmica, quando comparada com instituições congéneres, encontra-se em plano bem mais avançado, propiciando aos seus membros oportunidades de diálogo e conhecimento com outras realidades congéneres. Daí também necessitar de meios eficazes e rápidos de comunica-

ção entre os seus membros, não só para aquele efeito, mas também, e particularmente, para lhe fazer chegar com eficiência e em tempo, ideias, novidades e projetos de interesse profissional.

Os meios de comunicação existentes na Ordem são diversos e com funções diferenciadas, sendo que a comunicação eletrónica tem vindo a assumir um papel de maior relevância.

Na verdade, o portal eletrónico desde há muito está em vigor na Ordem, dando pelo nome de Pasta TOC, agora CC, e é um meio de comunicação que põe em ligação direta os membros com a sua instituição, permitindo o funcionamento rápido e eficiente de questões de interesse mútuo.

Em 2016, no domínio da comunicação, pensamos desenvolver ou manter os seguintes meios de comunicação:

Revista Contabilista: A revista Contabilista, sucessora da anterior revista TOC, é, como sempre foi e esperamos continue a ser, a comunicação institucional da Ordem. A sua estrutura, porque pensamos ter atingido a sua missão, em nosso entender deve ser mantida: uma entrevista que aborde assuntos de interesse para a profissão, um espaço noticioso, um espaço de divulgação de entendimentos técnicos sobre questões de interesse para a profissão e a divulgação de respostas dadas aos membros, pelo menos as que se revelarem mais importantes.

Comunicação social: A Ordem, desde há algum tempo, tem vindo a desenvolver parcerias com órgãos de comunicação social, como são os casos da TSF, Diário

Económico, TVI24, TSF-Madeira, TSF-Açores, Diário de Notícias da Madeira e Açoriano Oriental. É uma forma da Ordem se projetar socialmente e, através deles, dar a conhecer as nossas iniciativas, ideias e visões sobre questões que interessam à profissão, ou que com ela se interligam. Não obstante algumas críticas objetivamente direcionadas, entendemos que esse também é um papel da Ordem, o de se dar a conhecer à sociedade de forma que esta mais facilmente compreenda a nossa missão e objetivos.

Em 2016, iremos manter os projetos que temos em vigor. A TSF continuará a emitir o programa «Conselho Fiscal», transmitido duas vezes ao dia, e fará a divulgação e cobertura de eventos realizados pela Ordem e previamente acordados. Concluiremos o projeto «Negócios em Português» que, entre outros objetivos, pretende sensibilizar os países da lusofonia para a importância da Contabilidade e da organização dos profissionais em instituições reguladoras.

No decurso de 2015 realizamos esse evento na Venezuela, em S. Tomé e Príncipe e em Moçambique com resultados muito positivos. Pensamos, no decurso de 2016, realizar o evento em Angola, Brasil, Timor-Leste e Cabo Verde, naturalmente, em parceria com as entidades reguladoras da profissão nestes países. Para além do descrito, faz ainda parte do projeto a realização anual de uma conferência sobre fiscalidade e uma conferência político-fiscal, no ano em que se realizarem eleições legislativas, no sentido de nos apercebermos das ideias que cada líder partidário tem para os impostos no decurso da legislatura. Com o Diário Económico temos

um protocolo que compreende um espaço quinzenal de opinião e a realização de duas conferências anuais, uma coincidente com a apresentação do Orçamento do Estado e outra com a apresentação da Conta Geral do Estado, bem como o apoio e divulgação de eventos a realizar em parceria ou apenas pela Ordem que forem acordados entre as partes.

O protocolo rubricado com a TVI 24 assegura um programa de informação fiscal, denominado «Impostos? Eu explico», transmitido três vezes por dia. Segundo informações recebidas, as primeiras emissões deixam entender um sucesso promissor. A TVI divulgará ainda eventos previamente acordados e realizados pela Ordem, como já sucedeu com o V Congresso.

Pasta CC (TOC): A Pasta CC, anterior Pasta TOC, foi o primeiro projeto completamente autónomo que revelou as preocupações da Ordem quanto à comunicação com os seus membros. Foi uma iniciativa pioneira seguida por outras entidades, nomeadamente no Brasil, e que possibilitou, de forma inovadora, aumentar e facilitar as comunicações entre a Ordem e os seus membros. Com as alterações estatutárias introduzidas na forma de notificação dos membros por processos eletrónicos, pensamos que, neste domínio, num futuro próximo, este meio de comunicação terá uma importância acrescida.

No decurso de 2015, introduziram-se alterações estruturais no funcionamento desta ferramenta, passando a ser a base da desmaterialização da Ordem. O processo é simples, mas de extrema relevância. Qualquer correspondência que entre na Ordem, independen-

temente do meio, é digitalizada ou reencaminhada automaticamente para a Pasta CC, criando-se automaticamente uma referência ao documento que lhe serve de identificação. Este processo permite enormes vantagens, sendo a primeira no registo obrigatório e, em muitos casos, automático, da correspondência recebida, com exclusão da que é enviada ao Bastonário, possibilitando em qualquer momento conhecer o estado do documento, a data prevista para a sua resposta, bem como o departamento onde se encontra. A Ordem lida com processos de grande complexidade e a conversão dos métodos tradicionais para os processos eletrónicos nem sempre é fácil. Todavia, estamos convencidos que, em meados do próximo ano, todo o processo de desmaterialização do funcionamento da Ordem deverá estar concluído. Este é, pois, um meio de comunicação que merecerá toda a nossa atenção, procurando através dele retirar os melhores proveitos para os membros da OCC.

Base de dados: A fronteira entre a informação e a formação nem sempre é suficientemente nítida para que nos permita, com clareza, delimitar o papel de uma ou de outra, pelo que, tendo como primordial missão a formação, a base de dados constitui também um importante meio de comunicação e informação. Em 2016 não pensamos, para além do que já afirmamos no domínio do apoio técnico, introduzir alterações significativas neste meio de comunicação.

E-mail profissional: Como já aqui mencionamos, a desmaterialização do funcionamento da Ordem tem

na base a tecnologia utilizada na Pasta CC. Logo que concluído, conforme já estava previsto no plano de atividades para 2015, é intenção da Ordem criar no seu espaço informático um *e-mail* profissional para todos os seus membros. Concluída a desmaterialização do funcionamento da Ordem, avançaremos com a implementação desta valência, já que pensamos poder vir a facilitar a comunicação com os membros.

OCTV. O projeto TOCTV, que agora redenomina como OCTV, vem sendo estudado desde há muito tempo, fazendo parte já de diversos planos de atividade. Pensamos estar agora reunidas as condições para se avançar com este projeto, propiciando aos membros um novo meio de comunicação. É uma ideia ambiciosa e que, numa fase inicial, terá como preocupação base a valência noticiosa. Num futuro próximo esperamos vir a evoluir para outras valências, apostando num maior peso de informação. O processo já foi a concurso público, encontrando-se adjudicado o fornecimento da obra e definidas as características técnicas dos equipamentos a adquirir. A adaptação do espaço às exigências de funcionamento de um projeto com estas características também já se encontra adjudicado pelo que esperamos que ainda em 2015, o mais tardar no início de 2016, tenhamos o projeto pronto a funcionar para os membros.

APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

A solidariedade sempre foi um valor que cultivamos e que queremos continuar a manter para com aqueles a quem a sorte abandonou. Quando o ser humano perde a ca-

pacidade de se interessar pelo seu semelhante, perde uma das virtudes mais ricas que enformam a vida e esta perde muito do seu sentido. O respeito que nos deve merecer a sorte, ou a falta dela, do nosso semelhante, é a nossa maior manifestação de humildade e de reconhecimento do valor da vida humana.

Na Ordem sempre manifestamos respeito e apoiamos os valores da solidariedade, o que temos manifestado em diversas iniciativas, começando pelo projeto da Casa do Contabilista, antiga Casa do TOC, passando pela criação do fundo de solidariedade social dos contabilistas certificados e culminando na participação que a Ordem tem vindo a ter no fundo de pensões dos contabilistas certificados, para o qual, não obstante o valor inicial de sensivelmente cinco milhões de euros, continuamos mensalmente a consignar a renda das instalações da Avenida 24 de Julho, a antiga sede da Ordem. Não é muito, porque para quem precisa é sempre pouco, mas naquilo que pudermos fazer para minorar o sofrimento dos outros, com especial relevo para os contabilistas certificados, dar-nos-emos por realizados.

No domínio da solidariedade social, pensamos realizar, em 2016, as seguintes ações:

- Aumentar para 550 euros mensais o complemento de reforma dos membros. Este complemento, tanto quanto nos tem sido possível apreender, constitui um fator de grande importância para os seus beneficiários que, em face da exiguidade das reformas do sistema da Segurança Social, atenua as dificuldades, permitindo-lhes suavizar os efeitos negativos do valor recebido;

- Aumentar a reserva para fazer face ao previsível aumento do custo do fundo de solidariedade social para o montante de 350 mil euros anuais;

- Analisar com as companhias de seguro o alargamento do seguro de saúde aos membros para além dos 75 anos até aos 85 anos;

- Continuar a oferecer gratuitamente o seguro de saúde a todos os membros que, no dia 31 de março de cada ano ou na data fixada pelo Conselho Diretivo, tenham a sua situação regularizada perante a Ordem e que, como é sabido, não poderá ter um atraso no pagamento das quotas por período superior a 90 dias;

- Continuar a oferecer gratuitamente o seguro de responsabilidade civil aos membros que tenham a inscrição em vigor e não tenham as suas quotas atrasadas por um período superior a 90 dias;

- Continuar a consignar ao fundo de pensões dos contabilistas certificados o valor da renda recebido das instalações na Avenida 24 de Julho, antiga sede da Ordem. Caso a situação financeira o permita, atribuir ao fundo de pensões da Ordem, pelo menos um terço dos resultados obtidos no exercício.

Casa do Contabilista: Tudo indicia que, em 2016, entrarão em pleno funcionamento as casas dos contabilistas em Lisboa e no Porto. O centro de dia, em Lisboa, e no Porto poderão, logo que concluídas as respetivas obras de adaptação, entrar em funcionamento no primeiro trimestre de 2016, sendo necessária a definição, através de regulamento, das condições de acesso ao lar da terceira idade, no qual se tem que prever um modelo de gestão de sustentabilidade, bem como a definição da parceria a estabelecer com a Segurança Social.

COMISSÕES PERMANENTES E EVENTUAIS

As comissões, de acordo com a sua missão, podem ter uma natureza permanente ou eventual, isto é, a sua ação tem uma duração limitada ou perdura no tempo.

As comissões eventuais esgotam a sua ação na realização da sua missão que não se repete no tempo, quando as permanentes tem duração duradoura, isto é, a sua ação renova-se em permanencia.

A Ordem dos Contabilistas Certificados tem quatro comissões permanentes, sendo:

a) Comissão de Controle da Qualidade:

a Comissão de Controle da Qualidade, como o seu próprio nome indica, tem como missão verificar a qualidade dos serviços prestados pelos Contabilistas Certificados, através da verificação in loco das condições objetivas como a profissão é exercida, dos meios utilizados e do cumprimento pelos profissionais das obrigações qualitativas e de formação dos membros.

É uma missão de grande dignidade que tem na sua sustentação as genuínas preocupações de rigor, qualidade e disciplina profissional. A sua ação tem-se revelado fundamental para a interiorização de uma nova visão sobre a profissão, bem como como um grande incentivo à frequência de formação contínua, factor fundamental que suporta o crescimento sustentado de uma profissão como a dos Contabilistas Certificados.

No decurso do ano de 2016, com a introdução de um novo regulamento do Controle da Qualidade que esperamos envolva já o Controle no âmbito dos Contabilistas Públicos, procederemos a alguns reajustamentos

das comissões de controle no sentido do seu aumento, bem como procuraremos enquadrar o controle numa dinâmica mais consentânea dos seus objetivos e valores, nomeadamente no que concerne ao incumprimento das regras estatutárias a cumprir pelos profissionais.

b) Comissão de História da Contabilidade:

A comissão de História da Contabilidade é constituída por três especialistas reconhecidos na área da contabilidade, sendo presidida pela Professora Doutora Lúcia Lima Rodrigues e composta pela Professora Doutora Leonor Ferreira e pelo Professor Hernâni Carqueja.

A sua missão consiste na análise e tratamento das questões relacionadas com a história da contabilidade, organizando uma conferência anual sobre este tema e estabelece protocolos e intercâmbio com instituições congêneres.

c) Comissão de verificação de estágio:

Esta comissão que tem como missão verificar in loco as condições em que decorrem os estágios profissionais, no ano de 2016, será reativada a sua atividade, reiniciando-se as visitas a todos os estagiários da Ordem.

d) Comissão de controle de execução dos protocolos:

Esta comissão tem como objetivo fiscalizar o cumprimento dos protocolos celebrados entre as instituições de ensino e a Ordem, no que concerne à dispensa de estágio curricular ou de PSE (Projeto de Simulação Empresarial). No decurso do ano de 2016, serão visitadas todas as instituições que protocolaram a dispensa de estágio com a Ordem, de forma a verificar o cumprimento das obrigações.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pela sua frontalidade, combatividade e, acima de tudo, pela dinâmica que tem introduzido nas organizações em que participa, a Ordem tem vindo paulatinamente a conquistar um indiscutível espaço nas organizações internacionais.

A riqueza da diferenciação dos diversos países tem possibilitado um conhecimento mais profundo da realidade em que nos inserimos e uma segurança que estamos a interpretar de forma correta os anseios e necessidades da profissão a nível local, regional e mundial.

Prova do que afirmamos é confirmado pela meteórica ascensão que a Ordem vai conquistando, participando ativamente nos grupos de trabalho das diversas organizações de que faz parte. Oito anos após a sua inscrição no Comité de Integração Latino Europa América (CILEA), ocupa agora, pela primeira vez na história da Contabilidade em Portugal, a presidência desse organismo internacional.

É nossa profunda convicção que a dinâmica dos nossos dias não nos permite um isolamento de outras realidades, mesmo que nos sejam externas. Só a participação nas tomadas de decisão, procurando influenciá-las com a nossa visão profissional, constituirá um fator de crescimento, não apenas para nós próprios, mas também para os grupos em que nos inserimos.

Nos termos do que antecede, em 2016 realizaremos as seguintes ações:

- Manteremos a nossa participação na *European Federation of Accountants and Auditors for SMEs* (EFAA), possibilitando-nos a presença na decisão e na melhor forma de proporcionar a assistência a este importante setor da

economia empresarial, realidade bem patente na nossa estrutura empresarial;

- Continuaremos a participar na *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM), onde abordaremos com os restantes parceiros os problemas específicos da contabilidade e dos profissionais nesta tão importante zona do globo;

- Converteremos a inscrição na *International Federation of Accountants* (IFAC) de membro observador para membro associado de pleno direito, passando a beneficiar de todos os deveres e garantias dos membros daquela organização;

- Continuaremos a desenvolver o relacionamento com os países de língua oficial portuguesa, com especial relevo para as relações bilaterais entre Portugal e o Brasil, dando corpo a uma profícua colaboração para ambas as partes. Com os restantes países (Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste), continuaremos a oferecer a nossa experiência na regulação da profissão, disponibilizando ferramentas e boa vontade para que estabeleçamos, na diferenciação de cada um, uma relação de amizade e colaboração que permita aos intervenientes um crescimento sólido e sustentável que garanta a sua continuidade.

OUTRAS INICIATIVAS

Numa instituição como a Ordem, com as constantes solicitações de organização ou participação em eventos, é sempre uma aventura prever com um mínimo de rigor, o que será a sua atividade no decurso de um ano.

As nossas previsões, na medida do possível, encontram-se plasmadas no presente documento, mas

atenta a experiência de anos anteriores, é previsível que, para além dos eventos que conhecemos, surjam ideias e projetos para novas realizações.

Não sendo possível a sua previsão, não queremos, no entanto, deixar de manifestar a nossa disponibilidade para participar, realizar ou integrar outras realizações que constituam mais-valias nas áreas de intervenção conexas com a profissão.

Há, no entanto, ideias e projetos, alguns pela sua conclusão, outros pela sua temporalidade, que ocorrerão ao longo de 2016. Atos e eventos que pela sua importância e por aquilo que representam na independência da profissão, a marcação de forma indiscutível e que, em nosso entender, serão os seguintes:

Centros de formação: A inauguração dos centros de formação de Lisboa e Porto apontarão, estamos convencidos, uma mais acentuada liberdade de ação na realização de eventos, ao mesmo tempo que podem constituir uma importante fonte de receita acessória para que a Ordem continue, e se possível aumente, a sua atividade de apoio aos membros;

Casas do Contabilista de Lisboa e do Porto: As Casas do Contabilista de Lisboa e Porto, tudo o indica, serão inauguradas e abertas aos membros ainda no decurso de 2016, concretizando-se assim um longo sonho que acalentamos durante muito tempo. Sabemos que, pelo menos de momento, não é possível criar uma Casa do Contabilista em cada distrito. Dai que, com preocupações de justiça, defendemos que o regulamento a criar para aquele espaço, nas

suas diversas valências, deverá ter preocupações de equidade e, tendo em consideração a sua capacidade, deverá redistribuí-la de forma equitativa por todo o território nacional.

Dia Nacional do Contabilista:

A exemplo do que acontece com outras atividades, e tendo em conta a importância que a nossa profissão já granjeou socialmente, pensamos fazer todo o sentido a instituição do «Dia Nacional do Contabilista». Entre outras possibilidades, deverá, ao nível de cada concelho, instituir comissões de esclarecimento sobre o papel da profissão e sobre as questões de natureza contabilística e fiscal que afetam os cidadãos;

A mulher na contabilidade: As mulheres, não obstante a profissão que cada uma escolhe para se realizar, têm questões específicas inerentes ao género e que podem passar, em última instância, pela maternidade. A conciliação das exigências profissionais, por vezes agravadas por uma cultura assente no pater, dificulta de forma acentuada as dificuldades do exercício da profissão por parte da mulher. Não com o sentido de compaixão, nem de separação entre géneros, mas sim na consciência do descrito, pensamos fazer todo o sentido organizar um evento, em 2016, em que a sua estrutura fundamental consista na discussão dos problemas que a mulher enfrenta para exercer a profissão de contabilista certificado. É neste sentido que organizaremos um evento que assinale o que se descreve e que designaremos por «A Mulher na Contabilidade.»;

I Congresso sobre o SNC-AP:

Já se encontra agendado para o mês de maio a realização, em Setúbal, numa parceria entre a Ordem e a Escola Superior de Ciências Empresárias do Instituto Politécnico de Setúbal, a realização deste evento sobre o tema em epígrafe. A Ordem tem sido, com especial relevo para os últimos anos, um parceiro imprescindível das instituições do ensino superior para a realização dos mais diversos eventos, privilegiando-se os de natureza institucional, o que não deixa de revelar a intrínseca relação existente entre a Ordem e aquelas instituições, o que nos tem permitido acompanhar e desenvolver a profissão de acordo com a evolução académica que está na base da sua estruturação;

Novo Estatuto dos Contabilistas:

O Estatuto vigente da profissão contém uma série muito acentuada de disfunções e contradições. É urgente devolver-lhe a coerência, segurança, confiança e institucionalidade que os contabilistas certificados precisam de ter na sua "bíblia". A sua alteração, no sentido de lhe dar novamente a lógica e a coerência que um Estatuto precisa de ter, será uma das nossas prioridades, pelo que encetaremos conversações com o Governo e Assembleia da República para se proceder à necessária alteração do Estatuto dos Contabilistas Certificados, retirando-lhe as disfunções que alguns aventureiros lhe introduziram;

Conferências no Porto e em Coimbra sobre «Cidadania e Educação Fiscal»: Conforme já explicitamos, o projeto de cida-

dania e educação fiscal assenta em três pilares, precisamente aqueles que julgamos mais relevantes para se atingir o fim proposto numa sociedade onde, em muitos casos, ainda impera o amoralismo. Foi sabedores desta realidade que concebemos este projeto em três etapas distintas, de acordo com as idades dos seus destinatários. Iniciamos com as crianças, ou seja, ao nível do primeiro ciclo, procurando de forma acessível à sua idade, falar sobre algo complexo e nem sempre aceitável, como é o caso dos impostos. Numa fase seguinte abordaremos esta temática ao nível juvenil e, finalmente, ao nível universitário;

Academia Contabilística: Razões de tempo não nos têm permitido assumir em profundidade a criação e funcionamento da Academia Contabilística, pelo que nos propomos, no exercício de 2016, criar e pôr em funcionamento esta academia.

CONCLUSÕES

Prever numa instituição como a Ordem dos Contabilistas Certificados a sua vida durante um período de 365 dias não é matéria fácil, não só pelo rigor que costumamos colocar nestas questões, não obstante a sua contingência, mas também e, particularmente, atenta a natureza das pessoas e instituições com quem interagimos, o que dificulta ainda mais, apesar do recurso à estatística dos últimos anos, programar a atividade para o ano de 2016.

É certo que algumas realizações são previsíveis e ocorrerão dentro de uma normalidade que, passe o

pleonasma, é já previsível e natural que ocorram. Contudo, em outras limitamo-nos a manifestar a nossa intenção de realização no que é possível prever e, no restante, resta-nos a boa-fé e vontade que sempre colocamos nas coisas e eventos em que nos empenhamos. A Ordem é, indiscutivelmente, um caso de sucesso, não só pelos combates em que nos temos empenhado, mas também pela conquista através do nosso comportamento diário, sustentado no rigor, na verdade, na honrabilidade e pela diferenciação positiva como nos temos afirmado naquilo a que poderíamos designar por honradez comercial, isto é, honrar em tempo os compromissos que assumimos perante todos aqueles que conosco se relacionam.

Este comportamento, que faz parte do nosso ADN, não é indiferente a uma sociedade onde a promessa é coisa vã e o cumprimento do que se promete, depois de atingido o objetivo, deixa de ser preocupação.

No documento que vos apresentamos, naturalmente que evidenciamos a sua contingência e a nossa impotência em não a poder vencer. Construimo-lo tendo por base elementos estatísticos de anos anteriores que se têm revelado exequíveis e fiáveis ao longo dos tempos.

Não podemos prever o futuro, mas há algo que podemos assumir de corpo e alma perante os membros da Ordem. Daremos o nosso melhor em empenho, dedicação, capacidade e sacrifício, para que ele se torne uma realidade até 31 de dezembro de 2016, o que realizaremos com os seguintes meios financeiros:

Plano de Atividades e Orçamento

2016

ORÇAMENTO



ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

Como tem sido tradição, e em cumprimento da Lei, a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) apresenta a proposta de orçamento para o ano de 2016.

O Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), com a redação atual que lhe conferiu a Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, na alínea a) do artigo 54.º determina que o Conselho Diretivo deverá «elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.»

Por outro lado, de acordo com o n.º 6 do artigo 5.º da referida Lei, mantém-se o desempenho dos órgãos atuais, nomeadamente a obrigatoriedade do Conselho Superior ser «ouvido na definição da estratégia global da Ordem e, anualmente quanto às grandes linhas orientadoras do plano de atividades, da estratégia inicialmente definida» bem como da «Assembleia Geral (que) reúne em sessão ordinária em dezembro de cada ano, para discussão e aprovação do plano de atividades e do orçamento anual para o ano seguinte, elaborado pelo Conselho Diretivo.» Conjugadas as normas e estando

cumpridos os requisitos, apresentamos o orçamento para o ano de 2016.

CONTEXTO ATUAL

O plano de atividades e orçamento para 2016 prevê as necessidades do funcionamento e dos investimentos que estão em curso. Se o funcionamento da instituição segue um percurso estabilizado, já os investimentos registam um significativo incremento, com especial relevância para os imobiliários, a produção de ferramentas informáticas para tratamento de documentos no circuito interno bem como no relacionamento com os membros e outras entidades, como sejam a Pasta CC, o CConline, análise financeira empresarial e a implementação da OCTV.

O principal critério que pautou a elaboração deste orçamento foi a execução que temos vindo a registar ao longo do ano de 2015. A par deste critério, a prudência e a experiência dos anos anteriores continuam a ser pressupostos basilares na determinação dos valores apresentados.

Passemos, pois, à explanação mais pormenorizada dos valores encon-

trados para as principais rubricas do orçamento que se apresenta.

RENDIMENTOS

Distribuídos pelas grandes rubricas que são apresentadas no quadro abaixo, o total dos rendimentos e réditos orçados para o ano de 2016 perfazem um total de 16 472 828 euros.

Dos totais orçamentados, previmos um aumento de cerca de 5,3 por cento em relação a 2015, pelas razões que se identificam abaixo.

A rubrica "prestação de serviços" prevê um acréscimo significativo, tendo em conta a adesão que os membros têm manifestado ao longo do ano em curso às diversas ferramentas que a Ordem tem vindo a disponibilizar. Neste contexto, a projeção foi feita com base nos dados reais da execução atual.

Outro aspeto desta rubrica é o da formação. De facto, o ano de 2016 será muito importante na vida da Ordem face à institucionalização da figura do contabilista público. Assim, para além do tradicional plano de formação dirigido ao universo dos membros atuais,

implementaremos uma formação específica, versando o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a nível nacional, com o objetivo de chegar ao mais alargado número de futuros membros que pretendam inscrever-se na Ordem para exercer as funções de contabilista público.

Outra rubrica que merece destaque é a das "rendas". De facto, com a entrada em funcionamento dos investimentos, prevê-se uma fonte de rendimentos com os arrendamentos dos nossos auditórios, bem como de outras infra-estruturas projetadas, tal como se apresentou em Assembleia Geral.

A redução significativa da rubrica de juros deve-se ao facto de as nossas disponibilidades terem sido aplicadas no investimento, aprovado em Assembleia Geral de 30 de junho de 2014, como é do conhecimento geral.

As restantes rubricas são as que decorrem do funcionamento normal da instituição, já consolidadas ao longo dos últimos anos e que se mantêm dentro dos parâmetros registados em períodos anteriores.

Rendimentos	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Variação %
Vendas	127 100	128 000	0,7%
Prestações de serviços	14 342 560	15 242 080	6,3%
Subsídios à exploração	85 000	10 000	-88,2%
Outros rendimentos e ganhos	1 061 380	1 092 748	3,0%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	30 000	0	-100,0%
TOTAL	15 646 040	16 472 828	5,3%

Rendimentos	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Variação %	%
Vendas	127 100	128 000	0,7%	0,8%
Prestações de serviços	14 342 560	15 242 080	6,3%	92,5%
Jóias	85 000	89 000	4,7%	0,5%
Quotas	10 552 320	10 513 440	-0,4%	63,8%
Ações de formação OCC	3 192 000	3 432 840	7,5%	20,8%
Formação eventual	1 472 000	1 730 000	17,5%	10,5%
Formação segmentada	540 000	580 000	7,4%	3,5%
Formação permanente	48 000	25 600	-46,7%	0,2%
Formação à distância	576 000	774 840	34,5%	4,7%
Formação recorrente	6 000	14 400	140,0%	0,1%
Conferências	210 000	208 000	-1,0%	1,3%
Colaboração com os países lusófonos	240 000	100 000	-58,3%	0,6%
Congresso OCC	100 000	0	-100,0%	0,0%
Outros serviços				
Vinhetas	110 040	106 800	-2,9%	0,6%
Serviços de informática (aos membros)	262 800	950 000	261,5%	5,8%
Multas - processos disciplinares	140 400	150 000	6,8%	0,9%
Subsídios à exploração	85 000	10 000	-88,2%	0,1%
Outros patrocínios	85 000	10 000	-88,2%	0,1%
Outros rendimentos e ganhos	1 061 380	1 092 748	3,0%	6,6%
Outros rendimentos suplementares	775 100	729 900	-5,8%	4,4%
Encontro Nacional dos CC	7 000	7 500	7,1%	0,0%
Taxas e emolumentos	683 216	635 023	-7,1%	3,9%
Inscrições - Reg. atribuição créditos	16 750	18 550	10,7%	0,1%
Publicidade	68 134	68 827	1,0%	0,4%
Rendas em propriedades investimento	165 080	163 698	-0,8%	1,0%
Rendas novas instalações	72 000	150 000	108,3%	0,9%
Outros	49 200	49 150	-0,1%	0,3%
Juros, dividendos e out. rendimentos	30 000	0	-100,0%	0,0%
Juros obtidos	30 000	0	-100,0%	0,0%
TOTAL	15 646 040	16 472 828	5,3%	100,0%

GASTOS

O total dos gastos orçamentados é de 16 340 365 euros, correspondendo a um acréscimo de 6,1 por cento, em relação a 2015.

Dada a natureza da atividade desenvolvida pela nossa Ordem, os gastos mais significativos são os "fornecimentos e serviços externos" e os "gastos com pessoal".

Passemos à análise dos critérios e fundamentos que estiveram subjacentes às suas previsões.

Os gastos considerados na rubrica de "custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas" são, na sua significativa maioria, os resultantes dos consumíveis distribuídos na formação.

A rubrica de "fornecimentos e serviços externos" merece uma atenção mais detalhada, nas rubricas que passamos a analisar.

a) Subcontratos

A rubrica "subcontratos" inclui, sobretudo, os gastos com o programa de informação disponível aos membros (SICC) e ainda o desenvolvimento do programa CConline.

b) Serviços especializados

As subrubricas de "honorários" e "trabalhos especializados" refletem, so-

bretudo, os gastos com os honorários necessários à formação proposta, consagrados no plano de formação para o ano de 2016, bem como a formação destinada ao contabilista público, já aqui mencionada.

No entanto, não são dispiciendo os gastos com os honorários e trabalhos especializados destinados a controladores, advogados, solicitadores, informáticos, consultores externos e outros trabalhadores independentes, imprescindíveis ao funcionamento e ações desenvolvidas pela Ordem no âmbito do seu objeto e competências legais.

Como é publicamente reconhecido, a nossa parceria com os órgãos de comunicação social concedeu à Ordem e aos profissionais uma visibilidade e destaque na opinião pública pelos eventos realizados, pelo que, nessa linha, se tem vindo a alargar os protocolos com essas entidades.

A subrubrica de "vigilância e segurança" sofre um ajuste de valores, por haver uma maior necessidade de recurso a mais serviços, na sequência das novas instalações a entrar em funcionamento no decurso de 2016.

A "conservação e reparação" é uma rubrica que merece especial atenção, face à evolução tecnológica e exigências de segurança de funcionamento. No nosso caso, temos em conta a quantidade de imóveis distribuídos pelo território nacional, incluindo Regiões Autónomas, programas informáticos, com relevo para a Pasta CC, equipamentos e viaturas.

c) Materiais

As previsões para esta rubrica mantêm-se nos parâmetros dos anos anteriores, com uma ligeira

subida para o "material de escritório", face aos investimentos esperados.

d) Energia e fluídos

O aumento previsto para esta rubrica reflete os fornecimentos de água e eletricidade das novas instalações adquiridas, em Lisboa e no Porto.

e) Deslocações, estadas e transportes

A participação nos eventos e fóruns, nacionais e internacionais, onde se discutem assuntos no âmbito da contabilidade e fis-

calidade, exigem uma presença institucional que veicule a nossa posição.

Os valores aqui previstos são os que decorrem dessa atividade, com destaque para a assunção da presidência do CILEA, bem como a participação nos eventos da IFAC.

f) Serviços diversos

A subrubrica de "rendas e alugueres" sofre necessariamente uma diminuição em relação ao ano anterior, uma vez que reflete a utilização dos nossos novos auditó-

Gastos	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Variação %
CMVMC	8 400	8 520	1,4%
FSE	9 698 350	9 904 658	2,1%
Gastos com o pessoal	4 342 510	4 719 910	8,7%
Gastos de depreciação e de amortização	702 196	960 592	36,8%
Perdas por imparidade	250 000	250 000	0,0%
Outros gastos e perdas	309 790	369 705	19,3%
Gastos e perdas de financiamento	86 360	126 980	47,0%
TOTAL	15 397 606	16 340 365	6,1%

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Variação %	%
Subcontratos	1 113 300	1 067 090	-4,2%	10,8%
Serviços especializados	4 729 620	5 115 708	8,2%	51,6%
Trabalhos especializados	1 751 690	1 805 140	3,1%	18,2%
Publicidade e propaganda	457 100	641 910	40,4%	6,5%
Vigilância e segurança	144 400	151 960	5,2%	1,5%
Honorários	1 234 790	1 316 830	6,6%	13,3%
Conservação e reparação	720 260	774 750	7,6%	7,8%
Serviços bancários	216 200	234 840	8,6%	2,4%
Outros	205 180	190 278	-7,3%	1,9%
Materiais	137 580	147 500	7,2%	1,5%
Ferramentas e utensílios	2 500	2 500	0,0%	0,0%
Livros e documentação técnica	1 080	1 200	11,1%	0,0%
Material de escritório	130 000	139 800	7,5%	1,4%
Artigos para oferta	4 000	4 000	0,0%	0,0%
Energia e fluídos	127 500	140 650	10,3%	1,4%
Deslocações, estadas e transportes	414 600	473 800	14,3%	4,8%
Serviços diversos	3 175 750	2 959 910	-6,8%	29,9%
Rendas e alugueres	635 810	294 610	-53,7%	3,0%
Comunicação	1 201 200	1 231 290	2,5%	12,4%
Seguros	1 200 860	1 280 800	6,7%	12,9%
Contencioso e notariado	12 000	18 000	50,0%	0,2%
Despesas de representação	10 000	15 000	50,0%	0,2%
Limpeza, higiene e conforto	115 880	120 210	3,7%	1,2%
Total	9 698 350	9 904 658	2,1%	100,0%

rios e ainda o facto de, em 2015, ter tido lugar o V Congresso, na Meo Arena, cujo arrendamento é financeiramente relevante.

A previsão de gastos com os "seguros" inclui as apólices dos "seguros" de responsabilidade civil e de saúde suportados pela Ordem, cujos beneficiários são os membros, bem como os restantes seguros, como sejam os do ramo automóvel, multirriscos e responsabilidade civil contratados para o exercício da atividade institucional.

A subrubrica de "limpeza, higiene e conforto" conhece um acréscimo devido aos gastos previstos para os edifícios que entrarão em funcionamento.

A previsão para os "gastos com o pessoal" é de 4 719 910 euros e inclui aumento de salários dos colaboradores bem como o alargamento do quadro de pessoal.

Porém, de acordo com o quadro, verifica-se uma variação de 11,7 por cento nas remunerações dos órgãos sociais e, conseqüentemente, com reflexos nos encargos sobre remunerações.

Na verdade, e segundo as projeções que temos para o ano de 2015, o valor global dos gastos com o pessoal, ou seja, a sua dotação global, não será ultrapassada. Assim, em relação ao orçamento do ano anterior e em termos globais, efetivamente o que se verifica é um ajustamento em 8,7 por cento, justificado pelo alargamento do quadro de pessoal e ajustamentos salariais dos colaboradores.

As depreciações das novas instalações estão consignadas de acordo com a previsão de utilização.

Gastos com o pessoal	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Variação %
Remunerações órgãos da Ordem	906 010	1 011 660	11,7%
Remunerações do pessoal	2 649 190	2 781 500	5%
Encargos sobre remunerações	679 610	810 200	19,2%
Seguros de acidente no trabalho	10 040	14 200	41,4%
Gastos de ação social	30 000	32 000	6,7%
Outros gastos com o pessoal	67 660	70 350	4,0%
Total	4 342 510	4 719 910	8,7%

Outros gastos	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Variação %
Gastos de depreciação e de amortização	702 196	960 592	36,8%
Propriedades de investimentos	39 980	43 610	9,1%
Ativos fixos tangíveis	602 216	719 870	19,5%
Ativos intangíveis	60 000	197 112	228,5%
Perdas por imparidade	250 000	250 000	0,0%
Em dívidas a receber	250 000	250 000	0,0%
Outros gastos e perdas	309 790	369 705	19,3%
Impostos	48 070	41 965	-12,7%
Donativos	31 450	50 000	59,0%
Quotizações	37 830	60 140	59,0%
Outros	192 440	217 600	13,1%
Gastos e perdas de financiamento	86 360	126 980	47,0%
Juros de financiamentos obtidos	30 200	85 940	184,6%
Juros do contrato de locação financeira	56 160	41 040	-26,9%

As "perdas por imparidade", dadas as circunstâncias, mantêm-se com os mesmos pressupostos do ano anterior, face à realidade que vem a decorrer com base nos critérios adotados.

Os "outros gastos e perdas" incluem os impostos (IUC, IMI) os donativos com relevância para as instituições produtoras de eventos relacionados com a nossa atividade profissional, as quotizações para as entidades internacionais onde participamos (CILEA, IFAC, FCM, EFAA) e as verbas atribuídas para o fundo de pensões. Para os "gastos e perdas de financiamento", temos uma previsão de aumento dos juros de financiamento face aos investimentos realiza-

dos com recurso parcial a empréstimos, cuja análise se encontra mais pormenorizada adiante. Inclui ainda os "juros do contrato de locação financeira" para a nossa sede que sofrem uma diminuição face à diminuição da dívida existente, tendo em conta a natureza do contrato.

INVESTIMENTOS

Em termos do investimento previsto para 2016, a rubrica de "equipamento administrativo" contempla a aquisição e consolidação do projeto OCTV e a aquisição de diverso equipamento informático.

Na aquisição de equipamento informático, mantemos o objetivo a

que nos propomos em cada ano, de acompanhar a evolução e a modernização dos programas e equipamentos diversos.

No orçamento de 2015, conforme retificação orçamental, foram contemplados, na rubrica de "investimentos em curso" os valores previstos para a aquisição e obras dos investimentos a realizar em Lisboa e no Porto.

Aquando da Assembleia Geral, prevíamos que as obras estariam concluídas até final do ano. No entanto, por razões burocráticas, nomeadamente questões de ordem arqueológica, estudos de tráfego, os necessários alvarás de construção foram disponibilizados muito para além dos prazos inicialmente previstos. Por isso, as previsões dos gastos de construção mantêm-se, alterando-se apenas no aspeto financeiro, sem repercussões económicas, portanto, sem reflexos no orçamento em análise. No orçamento refletimos as correspondentes depreciações, nos termos da respetiva norma contabilística de relato financeiro n.º 7.

CONCLUSÕES

Como tem sido tradição, o orçamento que aqui se propõe à discussão foi elaborado na convicção que será o mais aproximado da realidade que nos espera em 2016.

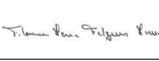
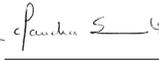
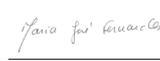
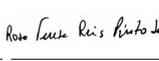
Conforme demonstração de re-

Investimentos	Orçamento 2015	Orçamento 2016
Ativos fixos tangíveis	430 000	495 000
Equipamento administrativo	430 000	495 000
Projeto OCTV	180 000	245 000
Equipamento informático	250 000	250 000
Ativos intangíveis	0	75 000
Base de dados - AFE	0	75 000
Investimentos em curso	11 792 016	0
Lisboa	5 058 641	0
Av. Defensores de Chaves, 85 a 85-B	3 643 520	
Av. Defensores de Chaves, 83 a 83-C		
Av. Alm. Gago Coutinho, 121 e 121-A	1 415 121	
Porto	6 733 375	0
Largo 1.º de Dezembro, 43 e 62	6 733 375	
TOTAL	12 222 016	570 000

Demonstração individual dos resultados por naturezas	Orçamento 2015	Orçamento 2016
Vendas e serviços prestados	14 469 660	15 370 080
Subsídios à exploração	85 000	10 000
Custos das MVMC	-8 400	-8 520
Fornecimentos e serviços externos	-9 698 350	-9 904 658
Gastos com o pessoal	-4 342 510	-4 719 910
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-250 000	-250 000
Outros rendimentos e ganhos	1 061 380	1 092 748
Outros gastos e perdas	-309 790	-369 705
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 006 990	1 220 035
Gastos de depreciação e amortização	-702 196	-960 592
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	304 794	259 443
Juros e rendimentos similares obtidos	30 000	0
Juros e gastos similares suportados	-86 360	-126 980
Resultado antes de impostos	248 434	132 463

sultados abaixo, face aos valores orçamentados, teremos um resultado positivo antes de impostos de 132 463 euros.

Aprovado em reunião de Conselho Diretivo de 3 de dezembro de 2015, depois de ouvido o Conselho Superior.

Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Domingues de Azevedo	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	Ezequiel Fernandes	Cláudia Isabel Afonso dos Santos	Maria José Fernandes	Rosa Teresa Reis Pinto Santos	José Carlos Cardoso Marques

Plano de Atividades e Orçamento

2016 PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR SOBRE O PLANO DA ATIVIDADES E ORÇAMENTO DE 2016

O Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas reuniu, em plenário, no dia 3 de dezembro de 2015, a fim de se pronunciar, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º C do EOTOC, aplicável por via do artigo 5.º da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados sobre as grandes linhas orientadoras do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, a apresentar, pelo Conselho Diretivo, à Assembleia Geral, para discussão e aprovação nos termos estatutários. Depois de uma intervenção pormenorizada e esclarecedora do Bastonário, o Conselho Superior realizou uma profunda e detalhada análise do conteúdo do documento e procedeu a uma troca de informações entre os seus membros formulando sugestões e recomendações. Ainda foi debatido o novo quadro estatutário da Ordem que entrou em vigor recentemente, e as suas

consequências para o futuro da Instituição, bem como as principais incidências sobre o seu funcionamento, no período de transição que se vive, até à realização de novas eleições e à consagração de novos órgãos e diferentes competências. O Conselho Superior sublinhou e congratulou-se com a alteração da denominação da Instituição para Ordem dos Contabilistas Certificados, dando-se assim, resposta positiva a uma reiterada ambição dos profissionais.

O Bastonário, enquanto órgão próprio e na qualidade de presidente do Conselho Diretivo, anunciou que aceita as sugestões formuladas pelos membros do Conselho Superior que serão introduzidas no documento final.

Quanto ao essencial das propostas, o Conselho Superior registou o sucesso da atividade desenvolvida no ano de 2015, em linha com o proposto nos correspondentes plano de atividades e orçamento, saudando, uma vez mais, os órgãos diretivos da Ordem pela ação desenvolvida e instando-os a prosseguir, durante o próximo ano, no caminho

definido e nos objetivos traçados para a OTOC, agora OCC.

Complementarmente foi referida e salientada a necessidade de prosseguir com políticas de continuidade e de evolução de forma a concretizar e atingir os reais desígnios da Ordem e o seu compromisso com a dignificação da profissão e com apoio aos seus membros.

Foi com estes propósitos, e em subordinação a estes objetivos, que o Conselho Superior, depois de criteriosa análise, verificou que o plano de investimentos feito no ano de 2015 está a ser cumprido com sucesso. De tal facto, resultará a inauguração das novas instalações situadas no Porto e em Lisboa, bem como a entrada em funcionamento da Casa do Contabilista, em Lisboa, durante o primeiro semestre de 2016.

Do sucesso desse plano de investimentos resultará seguramente a abertura de uma nova fase no desenvolvimento da atividade da Instituição enquanto reguladora da profissão de contabilista.

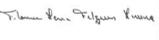
O Conselho Superior analisou, de igual modo, as propostas de formação que estão a ser divulgadas, bem

como a disponibilidade por parte da Ordem de novos instrumentos auxiliares da atividade profissional dos membros (CConLine) que permitirão a melhoria das condições de trabalho dos contabilistas certificados e, simultaneamente, uma maior integração do espírito profissional, gerador de valor, que tem sido um dos objetivos desta Instituição.

Os membros do Conselho Superior pronunciaram-se, por unanimidade e favoravelmente, sobre a circunstância de a OCC ter assumido desde o dia 28 de novembro a presidência do CILEA.

Na sequência o Bastonário que protagoniza essa presidência foi amplamente felicitado pelo facto.

Finalmente, o Conselho Superior deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Conselho Diretivo sobre o plano de atividades e orçamento para 2016, com as alterações que o próprio Conselho Superior sugeriu e recomenda à Assembleia Geral a realizar em 19 de dezembro próximo, em Leiria, que dê o seu apoio e acordo às propostas do Conselho Diretivo.

Bastonário	Vice-presidente	Rep. Norte	Rep. Centro	Rep. Sul	Rep. Madeira	Rep. Açores	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado
										
Domingues de Azevedo	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	José Alberto Pinheiro Pinto	José das Neves Raimundo	António Nabo	Carlos Pinto	Fernando Andrade	António José Alves da Silva	Avelino Antão	João Lopes Ribeiro	Leonel Pontes



